



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA

**Contribuindo na Consolidação do
Multilateralismo por um Mundo mais
Justo, seguro e desenvolvido**

**Discurso de Sua Excelência Daniel Francisco
Chapo, Presidente da República de Moçambique,
no Debate Geral da 80ª Sessão da Assembleia
Geral das Nações Unidas.**

Nova Iorque, 23 de Setembro de 2025

- **Sua Excelência Senhora Presidente da Octagésima Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas;**
- **Sua Excelência Senhor Secretário-Geral das Nações Unidas;**
- **Suas Excelências Chefes de Estado e de Governos;**
- **Ilustres Chefes de Delegações;**
- **Minhas Senhoras e Meus Senhores!**

1. Constitui para nós, uma honra profunda dirigirmo-nos, pela primeira vez, como Presidente da República de Moçambique, a esta Augusta Assembleia, num momento de significados múltiplos tanto para Moçambique como para a Organização das Nações Unidas. Digo isto porque **celebramos 50 anos da nossa independência nacional, 50 anos da nossa admissão como Membro de pleno direito das Nações Unidas e os 80 anos desta grande Organização.**

2. Assim, gostaríamos de saudar e felicitar a **Senhora Presidente, Sua Excelência Annalena Baerbock**, pela Presidência da Octagésima Sessão, bem como

enaltecer o trabalho do Presidente cessante, **Sua Excelência Philémon Yang**, que fez um excelente trabalho.

3. Não poderíamos deixar de render homenagem ao **Secretário-Geral das Nações Unidas**, o Engenheiro **António Guterres**, pela sua incansável advocacia em defesa do multilateralismo, pela atenção dedicada às prioridades de África e pela visão de lançar a Iniciativa *UN80*.

4. Hoje, volvidos 80 anos desde a sua criação, testemunhamos, com satisfação, os progressos que a Organização das Nações Unidas ajudou a alcançar. *A independência da*

República de Moçambique, assim como a de muitos países africanos e de outros continentes deste planeta Terra, é apenas uma das muitas evidências deste legado das Nações Unidas.

- 5.** Apesar dos múltiplos desafios que a ONU enfrenta, ela mantém-se firme na liderança dos processos globais, por isso sublinhamos: **qualquer esforço de reforma que vise torná-la mais ajustada e com maior capacidade para dar resposta às realidades contemporâneas só será completo quando incluir, de forma inequívoca, a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.**

Excelências,

6. *O ano de 2025 tem posto à prova os limites do multilateralismo, com as Nações Unidas no seu epicentro.*

7. Assistimos à intensificação e escalada de conflitos um pouco por todo o mundo e a um crescente sentimento de impunidade. Os conflitos em curso em vários cantos do mundo e crises prolongadas que nos recordam que a promessa de **‘salvar as gerações vindouras do flagelo da guerra’**, inscrita na Carta de 1945 das Nações Unidas, continua por cumprir.

8. Oitenta anos de construção de instituições multilaterais, de

salvaguardas e princípios que têm regido os assuntos globais, estão agora em risco.

9. O resultado é evidente: as guerras multiplicam-se, a crise climática agrava-se, as dívidas aumentam, as tarifas crescem, a desilusão alastra-se e, acima de tudo, regressa o espectro nuclear.

10. A estas ameaças, somam-se as consequências económicas de crises sucessivas no mundo: a pandemia da COVID-19; a guerra na Europa, no Médio Oriente e as guerras em África; do aumento dos preços das matérias-primas à volatilidade financeira global. **Tudo isto gera dívidas insustentáveis**

e desigualdades cada vez mais profundas na sociedade.

11. *Assistimos, também, a um preocupante retrocesso nos compromissos internacionalmente acordados. Faltando apenas cinco anos para 2030, a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável encontra-se em risco, pois as metas ainda não foram cumpridas e falta muito por cumprir.*

12. *E a crise climática acelera e intensifica todas as outras que nós conhecemos: secas transformam-se em fome, ciclones em catástrofes humanitárias, deslocações em*

desespero, e este explorado por actores sem escrúpulos.

13. Foi neste contexto que o parecer histórico do Tribunal Internacional de Justiça, de 23 de Julho de 2025, reafirmou, de forma inequívoca, que **os Estados têm obrigações jurídicas vinculativas de proteger o clima e o ambiente contra as emissões de gases de efeito estufa**. Trata-se de um marco de alcance universal.

14. Para países como Moçambique, que não têm responsabilidades históricas pela crise climática, mas estão entre os mais atingidos pelas suas consequências, - **secas, ciclones,**

cheias e inundações – esta decisão é mais do que um princípio legal para nós: **é um apelo à justiça climática, é um apelo à solidariedade global e à acção imediata por parte de todos nós.**

15. *À crise ambiental soma-se o desafio tecnológico.*

16. A Inteligência Artificial e as tecnologias emergentes oferecem oportunidades extraordinárias, mas também riscos sérios de exclusão, manipulação da sociedade e, até, de militarização através de armas autónomas.

17. Estes avanços colocam novos desafios à defesa da dignidade humana, da justiça e do trabalho.

18. Enquanto não compreendermos plenamente o funcionamento destes modelos, não podemos confiar-lhes missões críticas, sem salvaguardas robustas, sob pena de destruir o mundo.

19. Por isso, **Moçambique defende uma diplomacia tecnológica e climática** capaz de regular riscos e democratizar benefícios, através de uma verdadeira transferência e partilha de conhecimento e tecnologias, para que a ciência e a tecnologia não sejam factores

de exclusão, mas sim instrumentos de justiça climática e de desenvolvimento inclusivo no mundo.

20. Perante estes desafios interconectados, **o nosso continente, África, pode e deve assumir um papel activo na definição de normas e padrões internacionais, na formulação de princípios de ética científica e na determinação das prioridades de investigação,** garantindo que a inovação tecnológica esteja sempre ao serviço da humanidade, e não na destruição da humanidade.

Senhora Presidente,

21. Perante estas crises, **o caminho não é o isolamento. É o diálogo construtivo e o reforço do multilateralismo.**
22. **O Pacto do Futuro, adoptado em 2024**, oferece respostas concretas e inovadoras para o relançamento de um multilateralismo ajustado aos desafios do século XXI.
23. Moçambique, como país africano detentor de vastos recursos naturais e de uma riqueza cultural inigualável, tem-se destacado na promoção e fortalecimento da democracia no continente africano.

24. **Desde que avançámos com o pluralismo político, trabalhamos intensa e incessantemente para consolidar as bases de um sistema democrático robusto, com a realização de eleições regulares e transparentes,** reflectindo a vontade popular e assegurando que cada cidadão tenha voz e participação nas decisões que moldam o futuro da nossa nação moçambicana. **Aliás, a nossa presença neste *podium*, hoje, é o resultado de um processo de escolha livre e transparente do povo moçambicano, do Rovuma ao Maputo, do Zumbo ao Índico e na diáspora.**

25. Temos, historicamente, um *compromisso contínuo com o diálogo e a construção de pontes entre diferentes actores políticos e sociais*. Este compromisso com o diálogo foi crucial para a paz duradoura, alcançada após décadas de conflito e para a estabilidade política que temos hoje em Moçambique.

26. Actualmente, Moçambique destaca-se pelo esforço contínuo em promover um **Diálogo Nacional Inclusivo**, cuja fase de auscultação pública lançámos no passado dia 10 de Setembro. Trabalhamos para que todos os sectores da sociedade, independentemente de sua origem ou posição política, social ou económica, sejam ouvidos e tenham

suas preocupações consideradas nas grandes decisões nacionais. *Este processo não só fortalecerá a democracia, mas também vai assegurar que o desenvolvimento do país seja realmente um reflexo das necessidades e aspirações de todos os moçambicanos, sem exceção.*

27. **Acreditamos nós que a verdadeira força de uma nação não está apenas na sua capacidade de resolver conflitos, mas na sua habilidade de preveni-los de forma pacífica, construtiva e inclusiva.** Estamos orgulhosos do caminho percorrido até aqui e reafirmamos o nosso compromisso inabalável de continuar

avançando como um exemplo de democracia em África e convivência pacífica no continente e no mundo.

28. Orgulhamo-nos, igualmente, de ter promovido, durante o nosso mandato no Conselho de Segurança, onde fomos Membros Não-Permanentes, a *Declaração Presidencial sobre o papel da África nos assuntos globais*, bem como de ter contribuído para a histórica *Resolução 2719 (2023)*, que abriu caminho para a possibilidade de financiamento previsível e sustentável das operações de apoio à paz africana através de erários das Nações Unidas. **Estes marcos confirmam que África não é apenas beneficiária da ordem**

multilateral, mas actor indispensável na sua reforma e revitalização.

29. É nesta senda que Moçambique continuará a defender:

- **Uma voz africana reforçada**, com dois assentos permanentes no Conselho de Segurança e maior peso nas decisões das instituições financeiras internacionais;
- **Uma Nova Arquitectura Financeira Global**, capaz de aliviar dívidas, mobilizar recursos financeiros para o desenvolvimento sustentável e a acção climática,

bem como de corrigir assimetrias históricas;

- **Um multilateralismo inclusivo**, que preserve o carácter intergovernamental da ONU, sem permitir, nunca, que esta organização se converta numa assembleia de accionistas dominada pelos mais ricos.

30. Reiteramos igualmente a nossa **defesa da solução de dois Estados para a Palestina, vivendo lado a lado, em paz e segurança com Israel, como o único caminho justo, legítimo e duradouro para a concretização das aspirações de ambos os povos.**

Congratulamo-nos com os países que, recentemente, decidiram reconhecer o Estado da Palestina, o mesmo direito reconhecido a Israel, contribuindo assim, para reforçar a legitimidade e a irreversibilidade da solução dos dois Estados.

31. Do mesmo modo, **reafirmamos a nossa firme oposição às medidas coercivas unilaterais**, que continuam a punir povos inteiros, de Cuba à Venezuela, do Zimbabwe a outros países, em clara violação da Carta das Nações Unidas e em contradição com os princípios da justiça, de solidariedade e do Direito Internacional.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

32. O tema escolhido para esta Octagésima Sessão – *“Melhor Juntos: 80 Anos e Mais pela Paz, Desenvolvimento e Direitos Humanos”* – não poderia ser mais oportuno.
33. Está intrinsecamente ligado aos eventos desta Semana de Alto Nível aqui nas Nações Unidas: a celebração da Conferência de Beijing sobre Mulheres; a Cimeira do Clima; a Primeira Cimeira Bienal para uma Economia Global Sustentável, Inclusiva e Resiliente mandatada pelo Pacto do Futuro; a Celebração da Juventude; a Eliminação

de Armas Nucleares e a Reunião sobre Saúde Global e Bem-estar.

34. Todos estes encontros reafirmam a vitalidade e a centralidade das Nações Unidas e transmitem uma mesma verdade: **o que nos une como humanidade é muito maior do que aquilo que nos divide.** Somos povos distintos, mas partilhamos a mesma Terra; professamos credos diferentes, mas todos aspiramos a mesma dignidade; falamos diversas línguas, mas partilhamos um só destino. Aliás, aqui onde nos encontramos, todos nós conhecemos a data de nascimento, mas não há alguém que conhece a data da

sua morte. Isso é um sinal claro de que todos somos iguais como humanos.

35. Hoje, **o credo de que necessitamos não é de exclusão, mas de inclusão; não é de isolamento, mas de cooperação; não é de unilateralismo, mas de um multilateralismo solidário.**

Precisamos, hoje, todos nós, de uma fé renovada na capacidade colectiva da humanidade de enfrentar os desafios comuns de *Gaia* – a nossa casa comum.

36. O mundo encontra-se num verdadeiro ponto de inflexão. Todos nós sentimos. Ou concretizamos a Agenda 2030, feita por nós, ou aceitaremos vê-

la relegada a uma promessa falhada. E nisto não basta boa vontade.

37. Honrar o princípio da responsabilidade comum, mas diferenciada é sacrossanto. Precisamos de recursos à escala necessária; de trabalhar de forma mais inteligente; de alinhar mandatos com prioridades nacionais por parte de cada um de nós; de investir em dados, tecnologia e capacidades institucionais e, sobretudo, de assegurar que a África tenha assento pleno nas decisões que moldam o seu futuro.

38. A mensagem de Moçambique é clara: **queremos parcerias baseadas no respeito mútuo e no valor partilhado.**

39. Parafraseando o malogrado Presidente Samora Moisés Machel, Presidente da República Popular de Moçambique na altura, hoje República de Moçambique: *“A solidariedade internacional não é um acto de caridade; é um acto de unidade entre aliados.”*

40. O octogésimo aniversário das Nações Unidas convida-nos, todos nós, a renovar esse espírito de solidariedade internacional e humana. Os desafios diante de nós são enormes, mas somos,

de facto, **melhores juntos, como diz o lema das Nações Unidas.**

41. E se é verdade que cada geração herda o mundo da anterior, também é verdade que **cada geração tem o dever de legar um mundo melhor à geração seguinte.** Este é o fio condutor da Agenda 2030, é o espírito do *Pacto do Futuro* e é a razão de ser desta Organização das Nações Unidas: transformar a esperança do povo no mundo em acção e a solidariedade em resultados concretos para os povos.

42. Que tenhamos a coragem, todos nós, no planeta Terra, de reformar com sabedoria, aprender com os nossos

erros e a determinação de oferecer a paz, o desenvolvimento e direitos humanos a todos os seres humanos no planeta Terra.

Para terminar, digo que Moçambique conta com a ONU e a ONU pode contar com Moçambique!

Muito obrigado!